



## ONGs terão que comprovar experiência para obter recursos



Gerardo Menezes/Agência Senado

Na reunião que aprovou projeto das ONGs, Vital do Rêgo entrega parecer sobre o Plano Nacional de Educação a Cyro Miranda

Projeto aprovado estabelece que entidades sem fins lucrativos só poderão firmar parcerias com o governo se comprovarem funcionamento regular há três anos

**A** Comissão de Constituição e Justiça aprovou ontem projeto que exige experiência prévia de organizações não governamentais que pretendam firmar convênios com o governo.

As entidades terão que comprovar existência e funcionamento regular há pelo menos três anos. Além disso, terão que

demonstrar experiência prévia e efetividade na execução do objeto do projeto em questão ou na realização de atividades de natureza semelhante. Não poderão também ter pendências em convênios anteriores.

Relator disse se tratar de medida moralizadora, que evita parcerias entre o governo e ONGs de idoneidade duvidosa. **4**

### Avança proposta que trata do Plano Nacional de Educação **6**

#### Senado restringe “saidão” a réu primário

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou em decisão final (só vai a Plenário se houver recurso) projeto de Ana Amélia que limita a uma por ano a saída temporária de presos e restringe o benefício a réus primários. **8**

Morello Casal Jr./Abr



Segundo o senador Gim, autor da proposta, SUS não está assegurando os cuidados necessários às mães e aos bebês

#### Projeto obriga SUS a oferecer parto humanizado

Projeto que garante o parto humanizado no SUS foi aprovado ontem na Comissão de Constituição e Justiça e, agora, deve ser enviado para análise da Câmara. Texto obriga o SUS a obedecer orientações técnicas específicas e a permitir a presença de um acompanhante durante o parto e o pós-parto. **7**

**Miriam Belchior aposta em queda ainda maior da inflação **3****

**Ruas próximas a escolas devem ter faixa de pedestre **5****

**Plenário reavalia redução das bancadas na Câmara **2****

**Atenção integral à saúde do homem tem decisão final **7****

**Fabricar aparelho para escuta telefônica pode ser crime **8****



MULHER,  
TOME PARTIDO.

A política precisa de mais mulheres

Uma autêntica democracia requer maior participação das mulheres na política. Embora alcancem mais da metade da população, as mulheres ainda estão em minoria nos cargos eletivos dos Poderes.

Filie-se a um partido até 5 de outubro e participe das próximas eleições.

SENADO FEDERAL



CÂMARA DOS DEPUTADOS

# Avança projeto que mantém quantidade de deputados

Segue para votação no Plenário a revogação de resolução do TSE que muda o número de vagas nas bancadas de diversos estados. Autor do projeto, Eduardo Lopes alega que a Corte não pode legislar

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem a revogação dos efeitos de resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que modificou o número de vagas de deputados federais em diversos estados. Relatório de Pedro Taques (PDT-MT), que era contrário à aprovação da proposta, foi rejeitado por 12 a 10, com 2 abstenções.

O projeto (PDS 85/2013) de Eduardo Lopes (PRB-RJ) segue para votação final no Plenário do Senado e também depende de aprovação na Câmara. Para o TSE, a bancada do Pará deveria ganhar quatro cadeiras. Minas Gerais, Ceará, Santa Catarina e Amazonas também ganhariam deputados. Já as representações de Paraíba, Piauí, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Alagoas e Rio Grande do Sul perderiam representantes. A redefinição também afetaria as assembleias estaduais.

Segundo Lopes, a medida é inconstitucional porque caberia apenas ao Legislativo.

— O TSE não tem prerrogativa para legislar — criticou.



A proposta de Eduardo Lopes (C) depende também de aprovação na Câmara

Os defensores da resolução alegam que a Lei Complementar 78/1993 define que a representação deverá ser proporcional à população dos estados, com mínimo de 8 e máximo de 70 representantes, encarregando ao TSE de fazer os cálculos intermediários.

Taques argumentou que um decreto legislativo não pode anular decisões judiciais. Segundo ele, o ente federado que se sentir prejudicado deve impetrar mandado de segurança e questionar a constitucionalidade da resolução no Supremo Tribunal Federal.

A CCJ optou pelo voto em separado de Wellington Dias (PT-PI), que considera

inadequado mudar o tamanho das bancadas “às vésperas” de mais uma eleição. O cálculo do TSE, segundo ele, fere a irredutibilidade constitucional da representação na Câmara.

Um dos defensores da resolução foi Eduardo Braga (PMDB-AM), que disse que a Câmara deve representar o povo na proporção da população.

Alvaro Dias (PSDB-PR), que se absteve na votação, defendeu mudanças mais abrangentes e lembrou projeto seu, de 1999, que reduzia o total de senadores e deputados.

Semana que vem, a CCJ deve votar projeto de Lopes (PLS 221/2013) que também busca equilibrar a representação.

## Senado estuda fim dos embargos infringentes

O projeto (PLS 386/2013) que extingue os embargos infringentes no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF) já começou a tramitar no Senado. A proposta, de Alvaro Dias (PSDB-PR), está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em fase de recebimento de emendas.

No Supremo, esse recurso é um direito do réu condenado que obteve o voto favorável de pelo menos 4 dos 11 ministros que compõem o tribunal.

Foi o que aconteceu com 12 dos 25 sentenciados no processo do mensalão (Ação Penal 470), que terão direito a novo julgamento em relação a determinados crimes.

Na avaliação de Alvaro Dias, os embargos tiveram o “deletério efeito de reabrir a discussão de toda a matéria em relação a 12 dos condenados, em detrimento da justiça material e da celeridade processual”.

— Temos que buscar eficiência para o julgamento de ações que envolvam autoridades — disse o senador.

## Jarbas Vasconcelos pede votação rápida da PEC 18 pela Câmara



O senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) pediu à Mesa do Senado que busque entendimento com a Câmara para a tramitação especial da PEC 18/2013, com objetivo de acelerar a aprovação do texto. A proposta, de autoria do senador, torna automática a perda do mandato de parlamentar nas hipóteses de improbidade administrativa ou de condenação por crime contra a administração pública.

Em pronunciamento ontem, Jarbas Vasconcelos afirmou que a matéria está parada na Câmara há 13 dias. Ele ainda considerou uma “manobra protelatória” a apresentação de outra PEC, por parte do deputado Vieira da Cunha (PDT-RS), com o mesmo teor da sua, no último dia 11.

— É estranho que a proposta só tenha sido apresentada quando o Senado Federal votava a PEC 18. Afinal de contas, a matéria já passou por dois turnos aqui — disse.

## Randolfe: “Transição para a democracia foi muito lenta”

O senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) lamentou, em Plenário, a existência de um elevado grau de dificuldade, no Brasil, em relação a outros países que enfrentaram regimes de exceção, para o retorno à democracia plena.

Randolfe disse que, enquanto em todos os países que consolidaram democracias estáveis a instalação de comissões nacionais da verdade foi o primeiro passo para o restabelecimento da ordem democrática, no Brasil se deu o contrário.

Comentando a visita feita pela Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça do Senado ao 1º Batalhão de Polícia do Exército, no Rio de Janeiro, onde funcionou o Destacamento de Operações de Informações — Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), Randolfe considerou que a presença da subcomissão no local foi importante para não deixar que o país se esqueça de que os atos de tortura que ocorreram naquele e em outros espaços da ditadura militar violam leis e tratados internacionais, sendo inaceitáveis em qualquer época.

## Renan Calheiros diz que Senado vai cumprir decisão do TCU

O presidente do Senado, Renan Calheiros, determinou que a administração da Casa obedeça a determinação do Tribunal de Contas da União (TCU), tomada ontem, de reduzir os vencimentos dos servidores da Casa que ganham acima do teto do funcionalismo, atualmente de R\$ 28 mil.

“O presidente informa que, em face da decisão adotada

hoje [ontem] pelo Tribunal de Contas da União, o Senado Federal irá implantar imediatamente a redução da remuneração dos servidores da instituição ao limite constitucional”, diz nota oficial.

Em 2010, auditoria indicou que 464 funcionários recebiam acima do teto. O TCU determinou também a devolução dos valores recebidos a mais desde 2008.

## Proposta sobre voto facultativo tem análise adiada em comissão

Foi retirada da pauta de ontem da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a proposta de emenda à Constituição (PEC 55/2012) que torna facultativo o voto

para todos os brasileiros com mais de 16 anos. O presidente da comissão, Vital do Rêgo (PMDB-PB), atendeu pedido do autor da proposta, Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

### ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois das 17h de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



#### PLENÁRIO Pauta trancada

14h A medida provisória que capitaliza a Valec e o BNDES tranca a pauta da sessão deliberativa.

#### PRESIDÊNCIA Presidente do TCU

11h O senador Renan Calheiros recebe o presidente do Tribunal de Contas da União, Augusto Nardes, e, às 11h30, o deputado Paulão e representantes do Incra; às 16h, preside a ordem do dia.

#### CRA Plano Safra 2013–2014

8h30 A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária faz audiência para discutir o Plano Safra 2013–2014, a regularização fundiária e a armazenagem no Brasil. Foram convidados os ministros da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário.

#### CDH Conselho tutelar

9h A comissão examina proposta que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para ampliar as atribuições do conselho tutelar. Outro projeto autoriza a entrada de pessoas ostimizadas pela porta dianteira dos veículos de transporte público.

#### LEI DE ARBITRAGEM Requerimentos

9h Reunião administrativa da comissão de juristas encarregada do anteprojeto da Lei de Arbitragem e Mediação. Na reunião serão analisados requerimentos.

#### CRE Diplomas estrangeiros

10h Exame de indicações para as embaixadas no Kuwait, Barein, Romênia e Paraguai. A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional vota também projeto sobre revalidação e reconhecimento automático de diplomas de cursos de instituições de ensino superior estrangeiras.

#### CAE/CI Avanços do pré-sal

14h Para discutir os avanços do novo marco do pré-sal, as Comissões de Assuntos Econômicos e de Infraestrutura ouvem, entre outros, o vice-presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras, Fernando Siqueira.

#### CÓDIGO PENAL Comissão de juristas

14h Reunião de trabalho da comissão de juristas que propõe a atualização do novo Código Penal.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 8h30, **audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária**; e, na sequência, **reunião da comissão de juristas encarregada de elaborar o anteprojeto da Lei de Arbitragem e Mediação**. E, às 14h, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: [www.senado.leg.br/radio](http://www.senado.leg.br/radio).

### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **a reunião da Comissão de Relações Exteriores**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)), em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

# Ministra do Planejamento diz que índice de inflação continuará caindo

Miriam Belchior participou ontem de audiência pública na Comissão Mista de Orçamento para debater a proposta orçamentária para 2014

A MINISTRA DO Planejamento, Miriam Belchior, afirmou ontem que o índice de inflação continuará caindo, como vem ocorrendo nos últimos quatro meses. Ela participou de audiência conjunta da Comissão Mista de Orçamento (CMO) e da Comissão de Relações Exteriores da Câmara e debateu a proposta orçamentária de 2014 (PLN 9/2013), contingenciamentos, emendas parlamentares, restos a pagar e execução orçamentária das Forças Armadas, entre outros assuntos.

Miriam Belchior explicou que o projeto da Lei Orçamentária Anual para 2014 prevê que o produto interno bruto (PIB) crescerá 4%, a inflação ficará em 5% e o salário mínimo terá aumento de 6,6%, passando para R\$ 722,90. A



PIB deve crescer 4% em 2014, disse ministra em reunião da CMO, presidida por Lobão Filho (2º à dir.)

ministra lembrou que o crescimento do PIB do segundo trimestre de 2013, de 1,5%, foi maior do que a expectativa, surpreendendo o mercado.

A ministra afirmou que o país está firme na "retomada do crescimento" nos últimos três trimestres e no controle inflacionário. Disse que o percentual de desemprego no país está em um dos mais baixos patamares da história, de 6%. Como comparação, ela disse que vários países

europeus estão com 20% a 30% da população desempregada.

Para Miriam, o Brasil está em um processo de "crescimento inclusivo" há 11 anos e, desde 2003, o aumento da massa salarial foi de 51%. A ministra afirmou que o déficit da Previdência está em queda e ficará em R\$ 31,2 bilhões em 2014, contra R\$ 36,2 bilhões este ano.

Segundo a chefe do Planejamento, a despesa da União com

pagamento de servidores está estável há três anos, representando 4,2% do PIB. Disse também que o país "vem fortalecendo sua solidez fiscal nos últimos anos" e que os gastos de custeio do governo estão dentro dos limites da arrecadação.

## Investimentos

A ministra sustentou que o investimento público é atualmente o "principal motor" do crescimento econômico sustentável do país,

superando até mesmo o aumento do consumo das famílias. A dívida do setor público encontra-se em declínio, acrescentou.

Miriam Belchior informou também que o Orçamento prevê para 2014 investimento de R\$ 100,3 bilhões na saúde e R\$ 92,4 bilhões na educação.

Walter Pinheiro (PT-BA) garantiu que o Senado está empenhado na busca da ampliação da capacidade de investimentos na saúde pública. Inácio Arruda (PCdoB-CE) pediu ao governo federal a contratação de mais servidores para o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (Dnocs).

(Com informações da Agência Câmara)

Slides exibidos pela ministra: <http://bit.ly/PLQA25set>

## "Concessões em infraestrutura são aposta no crescimento"

A ministra afirmou, durante a audiência conjunta, que o programa de concessões no setor de infraestrutura é a aposta do governo federal para o crescimento da economia nacional. Estão previstos leilões de

infraestrutura estimados em R\$ 500 bilhões em investimentos.

— O consumo interno e o investimento são pilares do crescimento. Era assim com o PAC [Programa de Aceleração do Crescimento], com o

Minha Casa, Minha Vida e agora com o programa de concessões — disse Miriam.

No início do mês, porém, o governo teve de cancelar leilões de concessão de duas rodovias federais por

falta de interesse de investidores.

A pedido de integrantes da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, a ministra explicou aos parlamentares a execução orçamentária

das Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica) neste ano. A pasta do Planejamento é o órgão do governo federal responsável pela definição dos limites de gastos em cada ministério.

## Orçamento plurianual pode resolver questão dos restos a pagar

Durante a audiência, a ministra Miriam Belchior sugeriu a transformação da Lei Orçamentária Anual (LOA) em uma lei plurianual. O objetivo seria evitar que os recursos dos chamados restos a pagar

fiquem parados em obras com duração de mais de um ano.

— Obras de infraestrutura são plurianuais e isso [os restos a pagar] só poderá ser mudado com alteração da LOA. Precisamos pensar

na oportunidade em transformar a LOA em orçamento plurianual — afirmou.

De acordo com a ministra, o crescimento do valor de restos a pagar é devido ao aumento do valor investido

pelo governo federal em obras e convênios nos últimos anos.

O Tribunal de Contas da União (TCU) estima que o total dos recursos não utilizados vai passar de R\$ 200 bilhões em 2014.

Restos a pagar são despesas que foram empenhadas (reservadas) para pagar bens, obras e serviços do Orçamento do ano anterior e que poderão ser quitadas em exercícios posteriores.

## Miriam Belchior afirma que governo deve ter liberdade para não executar emendas

A possibilidade de o governo não executar emendas parlamentares não foi descartada pela ministra. Ela foi questionada sobre a PEC 565/2006, do orçamento impositivo, já aprovada na Câmara e que será votada na próxima reunião da CCJ do Senado.

— O Congresso tem intenção de tornar impositivas as emendas, mas precisamos operacionalizar melhor isso.

Miriam apoiou proposta do Executivo que destina 50% dos recursos de emendas parlamentares à saúde. Disse que é inviável a destinação de 10% da receita corrente bruta (RCB) para a saúde, como propõe projeto de iniciativa popular no Senado. Segundo ela, a solução seria adotar até 15% da receita corrente líquida (RCL) até 2018.

— Isso significará R\$ 79 bilhões em cinco anos.

## Dívida bruta brasileira está quase estável, explica ministra

A dívida bruta brasileira está "basicamente estável" e não cresce muito, afirmou a ministra Miriam Belchior. De acordo com ela, a dívida bruta brasileira cairia de 59,4% do produto interno bruto para 41,6% em julho, caso fossem retiradas as reservas internacionais do cálculo. Miriam disse que o débito era de 58,7% em 2012 e chegou a 59,4% em julho deste ano.

## Investimentos estratégicos da Defesa podem entrar no PAC

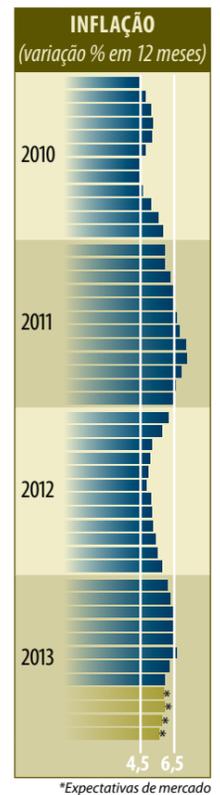
Miriam Belchior defendeu a inclusão de investimentos estratégicos do Ministério da Defesa no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), para garantir sua execução orçamentária. Como exemplos, ela citou a inclusão, na proposta de lei orçamentária para 2014, do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron).

## Votação do relatório final da LDO fica para semana que vem

O presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Lobão Filho (PMDB-MA), abriu e suspendeu em seguida a reunião de ontem em que poderia ser votado o relatório final da LDO (PLN 2/2013) para 2014. O encontro será retomado na quarta-feira. Para que a LDO seja votada, o colegiado exige a aprovação da PEC do Orçamento Impositivo.

## Economia

EVOLUÇÃO DO PIB (% ante trimestre anterior)	
2009-1	-1,6
2009-2	1,5
2009-3	2,6
2009-4	2,7
2010-1	2
2010-2	1,2
2010-3	1
2010-4	1
2011-1	0,8
2011-2	10,4
2011-3	-0,11
2011-4	10,2
2012-1	10,2
2012-2	10,1
2012-3	10,4
2012-4	0,8
2013-1	10,6
2013-2	11,5



DESEMPREGO (% da PEA)	
2004	12,2
2005	10,4
2006	9,9
2007	9,8
2008	8,4
2009	8,1
2010	7,4
2011	6,2
2012	5,7
2013	5,5

RENDIMENTOS (em R\$ constantes)	
2004	27,1
2005	28,2
2006	29,7
2007	31,4
2008	33,1
2009	35,3
2010	36,8
2011	39,7
2012	41,6
2013	43,4

PARÂMETROS MACROECONÔMICOS PARA 2014	
PIB real	4%
PIB nominal	R\$ 5.242,9 bi
Salário mínimo	R\$ 722,9 (+6,6%)
Inflação IPCA	5%

Projeto aprovado ontem na CCJ exige comprovação de experiência e funcionamento prévios para organizações não governamentais que desejem receber recursos públicos em parcerias com o governo



Aloysio Nunes (2º à esq.) debate proposta apresentada por Vital do Rêgo (ao lado) e relatada por José Agripino (atrás)

## ONGs parceiras deverão comprovar experiência

ENTIDADES SEM FINS lucrativos que recebem verbas públicas, como as organizações não governamentais (ONGs), deverão ter experiência prévia, segundo o Projeto de Lei do Senado (PLS) 733/2011, aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O autor da proposta, que agora deve ser enviada à Câmara dos Deputados, é o senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), presidente da comissão.

Pelo texto, as entidades sem fins lucrativos só poderão firmar parcerias com o governo se comprovarem que existem e têm funcionamento regular há no mínimo três anos. Também têm de comprovar experiência prévia na execução, “com efetividade”, do objeto do projeto em questão ou na realização de atividades de natureza semelhante (“especialmente quando

desenvolvidas no âmbito de parcerias anteriores”). Além disso, precisam demonstrar que não descumpriram obrigações em parcerias anteriores.

No parecer favorável à iniciativa, o senador José Agripino (DEM-RN) afirmou que se trata de uma medida moralizadora que contribui para evitar parcerias entre o governo e ONGs de “experiência e idoneidade duvidosas”.

Ao defender o projeto, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que “essa é uma iniciativa que corresponde à exigência do momento”. Ele lembrou a denúncia de que um convênio entre o Ministério do Trabalho e uma entidade sem fins lucrativos seria responsável pelo desvio de até R\$ 400 milhões.

— Não se deve generalizar; há ONGs sérias. Mas infelizmente há aquelas que atuam

como aparelhos para desvio de dinheiro público — ressaltou ele, acrescentando que “o governo federal tem se caracterizado, nesses casos, pela omissão, pela conivência, pela cumplicidade e pela leniência”.

O senador Pedro Taques (PDT-DF) também apoiou o projeto, mas sugeriu que seria mais adequado, “pela melhor técnica legislativa”, que, em vez de gerar uma nova lei, a proposta de Vital do Rêgo alterasse a Lei 9.790/1999, que trata da qualificação das pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos.

Por sua vez, o senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), ao lembrar que há outros projetos que tratam de assunto semelhante ou relacionado, argumentou que essas matérias deveriam tramitar em conjunto, “de forma sistematizada”.

## Fim da responsabilidade solidária de sócios pode valer para todos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem proposta que estende a todos os contribuintes decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que considerou inconstitucional norma que estabelece a responsabilidade solidária dos sócios pelo débito com a seguridade social.

Autora do projeto (PLS 545/2011), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) afirma que muitas pessoas permanecem inscritas no cadastro da Dívida Ativa da União com base em um dispositivo considerado inconstitucional



pelo Supremo.

A senadora diz que pretende evitar sobrecarga de demandas ao Poder Judiciário em “processos cujas decisões serão provavelmente con-

trárias à Fazenda Nacional”. Segundo Vanessa, a decisão limita a responsabilidade dos sócios ao capital que detêm na pessoa jurídica. Para Clésio Andrade (PMDB-MG), relator, o projeto garante isonomia a empresas prejudicadas por terem sido judicialmente acionadas pela Fazenda Nacional. O texto vai à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para decisão terminativa.

## Pecuaristas devem ter prioridade na falência de frigoríficos

Foi aprovado ontem, em votação final na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), projeto de Acir Gurgacz (PDT-RO) que dá a pecuaristas privilégio especial no recebimento de créditos em caso de falência de frigoríficos para os quais entreguem os animais (PLS 226/2011).

Gurgacz argumenta que os produtores costumam entregar animais para abate sob promessa de pagamento futuro. Muitas vezes, no vencimento, o frigorífico já está com atividades encerradas.

O relator, Romero Jucá (PMDB-RR, foto), avaliou que o projeto dá àquele que



produziu o direito de recuperar o fruto do seu trabalho, o que dificilmente ocorre em caso de falência na legislação atual.

— Raramente os recursos arrecadados com a realização do ativo do falido são suficientes para pagar os credores quirografários — afirmou Jucá.

O projeto, que já foi aprovado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), acrescenta um inciso ao artigo 964 do Código Civil (Lei 10.406/2002). Se não houver recurso para votação pelo Plenário do Senado, seguirá direto para a Câmara dos Deputados.

## Paim diz que exploração sexual é nova escravidão

Ao registrar a celebração, na segunda-feira, do Dia Internacional Contra a Exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres e Crianças, o senador Paulo Paim (PT-RS) definiu os crimes como uma nova escravidão, envolvendo grandes lucros, extermínio da liberdade e desrespeito à condição humana. Ele sublinhou que a exploração sexual atinge principalmente os mais pobres e que, no submundo do crime, somente o tráfico de drogas movimentava mais dinheiro.

— Temos que ampliar campanhas que desencoragem esses malfetores a aliciar nossas jovens e crianças — afirmou o senador em pronunciamento na terça-feira.

Paim disse que a dimensão do tráfico humano tem se ampliado a ponto de ter sido tema de novela e filmes.

## Bauer: “Governo não cuidou da prevenção de enchentes”



O senador Paulo Bauer (PSDB-SC) lamentou ontem os efeitos das fortes chuvas do último fim de semana em Santa Catarina, que atingiram 72 cidades e fizeram 22 mil desabrigados, frisando que nada do que o governo federal prometeu em 2011 para combate a enchentes em seu estado foi feito. Ele teme que as obras fiquem “no discurso” com a saída iminente do ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra.

— O governo da promessa faltou com Santa Catarina, e as águas, outra vez, prejudicam nosso estado e nossa economia — afirmou.

Bauer citou os planos de construção e ampliação de barragens em Santa Catarina, com recursos de R\$ 600 milhões prometidos em 2011 como parte do PAC da Defesa Civil.

## Casildo destaca a Defesa Civil de Santa Catarina



O Brasil está se dando conta da importância do investimento em prevenção, afirmou Casildo Maldaner (PMDB-SC), em discurso ontem. O senador lamentou as consequências das chuvas que atingem Santa Catarina. Em apenas três dias, a chuva superou o previsto para todo o mês de setembro.

— Apesar dos números alarmantes e das consequências sempre duras das cheias, há uma mudança que merece ser destacada: não houve nem uma morte sequer e os prejuízos foram considerados pequenos, diante da magnitude das chuvas — declarou.

O senador informou que a Defesa Civil já sabia — por meio de um sistema de monitoramento e com dez dias de antecedência — que as chuvas fortes viriam e pôde alertar a população.

## Mozarildo quer acelerar regras para município novo



Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) solicitou ontem urgência na tramitação do projeto de lei que estabelece novas regras para a criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios.

A proposta é um substitutivo ao projeto de lei complementar (PLS 98/2002) de sua autoria já aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Agora, aguarda votação no Plenário.

Segundo o senador, a iniciativa aumentará o rigor na criação de municípios ao exigir elaboração de estudo de viabilidade econômica e consulta prévia, via plebiscito, à população local.

— Se esse projeto já fosse lei há algum tempo, mais de 2.800 municípios não teriam sido criados — afirmou Mozarildo.

# Passagens para pedestres perto de escolas podem ser obrigatórias

Projeto aprovado ontem em votação final na Comissão de Constituição e Justiça volta à Câmara porque texto foi alterado no Senado

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça (CCJ) aproveitou o Dia Nacional do Trânsito, comemorado ontem, para aprovar o projeto (PLC 31/2012) que torna obrigatória a pintura de faixas de pedestre no raio de um quilômetro em torno de escolas públicas e privadas situadas em área urbana. A proposta insere a exigência no Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/1997) e recebeu parecer favorável do relator, Benedito de Lira (PP-AL), com duas emendas.

Uma das emendas foi apresentada por Wellington Dias (PT-PI) e incluiu, além das faixas, a previsão de construção de passarelas ou passagens subterrâneas para pedestres nos arredores das escolas. A outra emenda, de redação, apenas promoveu ajustes na ementa (enunciado) do projeto.

O PLC 31/2012 foi aprovado em votação final pela CCJ. Se não houver recurso para votação pelo Plenário do Senado, seguirá direto para reexame pela Câmara, já que o texto foi alterado pelo Senado.

Segundo argumentou o autor, deputado federal Sandes Júnior (PP-GO), acidentes que vitimam alunos a caminho das



Proposta prevê pintura de faixas de pedestre no raio de um quilômetro em torno das escolas públicas e privadas

escolas ou na volta para casa estão se tornando frequentes, exigindo, assim, uma adequada sinalização dos pontos de travessia nas vias públicas ao longo dos percursos.

Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) também ressaltaram a importância da iniciativa. Os senadores aproveitaram para pedir a inclusão de duas propostas correlatas ao PLC 31/2012 na pauta de votações da CCJ.

Com parecer favorável do relator, Antonio Carlos

Valadares (PSB-SE), Inácio reivindicou a votação da PEC 24/2011, de autoria dele, que inclui a proteção a pedestres e condutores de veículos não motorizados entre as competências comuns da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Randolfe fez apelo pela votação do PLS 262/2013, apresentado por ele, que pretende fortalecer a institucionalização do transporte cicloviário na política de mobilidade urbana. A proposta é relatada na CCJ por Luiz Henrique (PMDB-SC).



Relator do projeto, Benedito de Lira deu parecer favorável, com emendas

## Avança proibição de pesagem de coletivo em vias

Projeto de lei que proíbe conferência de peso de veículo de transporte coletivo nas vias de trânsito (PLS 29/2012) foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A proposta de Acir Gurgacz (PDT-RO) modifica o Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/1997) para determinar que a pesagem seja feita em estações terminais ou outros locais admitidos

pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran).

O objetivo, segundo Gurgacz, é acabar com incômodos e atrasos quando a pesagem é feita em veículos com passageiros. Ele aponta a necessidade de conciliação "entre a regra de pesagem periódica dos veículos, que deve ser mantida e cumprida, e o direito dos usuários a não terem que suportar mais uma

causa para o impedimento da fluidez no trânsito".

O relator, Clésio Andrade (PMDB-MG), destacou que a pesagem, nas condições em que vem sendo executada, "agrega um tempo valiosíssimo à duração da viagem do usuário do transporte público, já tradicionalmente submetido a longas jornadas diárias a bordo de veículos não raro superlotados".

A proposta recebeu duas emendas de redação, que foram sugeridas por Pedro Taques (PDT-MT).

Já aprovado na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), o projeto recebeu votação final na CCJ. Desse modo, deverá seguir diretamente para exame na Câmara dos Deputados, a menos que haja recurso para votação no Plenário do Senado.

## Sai da pauta redução de jornada dos motoristas

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) retirou de pauta, ontem, o PLS 266/2013, que limita a 36 horas a jornada

semanal de trabalho dos motoristas de transporte coletivo urbano e assemelhados. A retirada foi motivada pela apresentação de requerimento de Clésio Andrade (PMDB-MG), em Plenário, para que a proposta seja analisada antes pelas Comissões de Serviços de Infraestrutura (CI) e de Assuntos Econômicos (CAE).

Somente após o exame da proposta pelas duas comissões é que ela será votada na CAS, onde o relator, Benedito de Lira (PP-AL), já apresentou parecer com voto favorável.

O texto modifica a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para que o expediente

desses profissionais passe a ser de 6 horas diárias, em caso de jornadas de 6 dias por semana, ou de 7 horas e 16 minutos, nas jornadas de 5 dias.

Foi adiada a votação do PLS 185/2013, de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), propondo que trabalhadores que exerçam atividades simultaneamente perigosas e insalubres passem a receber compensação financeira. O relator, Sérgio Petecão (PSD-AC), manifestou o voto pela rejeição da proposta e o presidente da CAS, Waldemir Moka (PMDB-MS), concedeu vista coletiva.

Pelo Regimento Interno do Senado, nessa condição a

proposta só volta à pauta após o prazo de cinco dias, para que os parlamentares possam fazer a análise.

Ana Rita (PT-ES) apresentou voto em separado pela aprovação do PLS 185/2013, afirmando que a nova redação dada pelo projeto à Consolidação das Leis do Trabalho "alcança o mencionado objetivo de valorização do trabalhador, ao mesmo tempo em que estimula, quando possível, a redução dos riscos laborais, ao condicionar o pagamento da majoração do adicional de periculosidade à permanência da exposição concomitante aos referidos agentes".

## Acir Gurgacz pede urgência em obra de rodovia em Rondônia

Em pronunciamento ontem, Acir Gurgacz (PDT-RO) pediu urgência na construção da Rodovia Contorno Norte, em Rondônia. Ele alertou para o risco da perda dos recursos já assegurados no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), no valor de R\$ 23 milhões, caso a obra não seja iniciada.

O senador lembrou que o termo de cooperação entre os governos federal e estadual foi assinado há mais de um ano e fez apelo ao ministro dos Transportes, César Borges, e ao diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Jorge Fraxe, para que viabilizem novo procedimento para a licitação da obra, em parceria com o governo de Rondônia, com regime diferenciado de contratação.

— Nossa infraestrutura não acompanha o aumento da produção agrícola e pecuária. Por isso, precisamos ter nossas rodovias em perfeito estado, o anel viário e o porto da capital em condições para dar vazão à produção.

## Petecão espera restauração do fuso horário do Acre

Sérgio Petecão (PSD-AC) disse ontem ter esperança de que o povo do Acre possa voltar a ter o fuso horário tradicional do estado, pois rejeitaram em referendo a mudança que adiantou os relógios em uma hora.

— Não existe no regime democrático uma decisão mais democrática que um referendo — disse o senador, que na Comissão de Relações Exteriores (CRE) é relator do projeto (PLC 43/2013) que restaura o fuso horário do Acre.

Petecão convidou os membros da CRE a votar hoje a favor do projeto, que, na opinião dele, deve tramitar com urgência.

O senador também falou sobre os 109 anos de Sena Madureira, mas disse que o município acriano "não passa por seus melhores momentos" devido a índices de violência.

Jorge Viana (PT-AC) somou-se à homenagem a Sena Madureira, cuja situação, disse, tem potencial para melhora.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado



Clésio deseja que a proposta seja analisada em outras duas comissões

# Projeto do Plano Nacional de Educação avança no Senado

Aprovada ontem na Comissão de Constituição e Justiça, proposta segue para a Comissão de Educação e Cultura; polêmica em torno do ensino para estudantes com deficiência foi superada

O PROJETO DE lei que institui o Plano Nacional de Educação (PNE) avançou mais uma etapa na tramitação no Senado. A matéria foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) ontem. O texto, que exige a destinação, até o final do período de dez anos, de pelo menos 10% do produto interno bruto (PIB) para a educação, será examinado agora na Comissão de Educação (CE), última etapa antes da votação em Plenário.

Apresentado pelo governo, o projeto — que tramita no Senado como PLC 103/2012 — possui 14 artigos e 20 metas. O plano tem duração prevista de dez anos e inclui entre as diretrizes a erradicação do analfabetismo e a universalização do atendimento escolar.

Um dos principais destaques da proposta é a Meta 20, na qual se determina que, ao final dos dez anos de vigência do plano, os investimentos públicos em educação terão que representar no mínimo 10% do PIB. Inicialmente, o objetivo do governo era chegar a 7%, mas o percentual foi elevado para 10% durante a tramitação da matéria na Câmara dos Deputados.

## Alunos especiais

Um dos obstáculos à votação da matéria na CCJ era o impasse em torno da Meta 4, que visa garantir o acesso à educação



Próxima etapa do plano é a análise na Comissão de Educação, presidida por Cyro (E)

básica para os estudantes com deficiência (os alunos especiais) de 4 a 17 anos.

Depois de negociações com o Ministério da Educação e entidades que se dedicam a essas crianças e adolescentes, como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae), o relator do projeto na CCJ, Vital do Rêgo (PMDB-PB), chegou ao texto aprovado ontem.

Na redação dada à Meta 4 pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), os repasses do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) às instituições que oferecem ensino especial seriam encerrados em 2016, o que gerou protestos. Vital retirou a previsão.

Outra modificação que havia sido feita pela CAE se referia à exclusão do termo “preferencialmente” no texto que abre a Meta 4. De acordo com entidades como a Apae, a supressão do termo abria uma

brecha para que as escolas deixassem de oferecer um acompanhamento diferenciado para os alunos com deficiência. O relator reinseriu a palavra.

## Rede privada

Logo após a votação na CCJ, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) alertou para a possibilidade de que a previsão de investimento de 10% do PIB estabelecida no Plano Nacional de Educação incluía também o ensino da rede privada.

— A conta do financiamento da educação, os 10% do PIB que estão previstos pelo Plano Nacional de Educação, não pode incluir o financiamento da educação privada, mas estão querendo nos impor isso. Os 10% têm de ser direcionados única e exclusivamente à educação pública — ressaltou o senador.

Randolfe frisou que levará a discussão para a Comissão de Educação.

## Cyro quer PNE aprovado até 15 de novembro

O presidente da Comissão de Educação (CE), Cyro Miranda (PSDB-GO), garantiu ontem que o colegiado apreciará o Plano Nacional de Educação (PNE) com a maior rapidez possível.

— Nossa expectativa é de aprovar o PNE, no máximo, até o dia 15 de novembro na Comissão de Educação e encaminhá-lo para a votação em Plenário até o dia 20 de

novembro — afirmou o senador, que informou ter indicado Alvaro Dias (PSDB-PR) como relator do projeto.

Cyro disse ser inadmissível o fato de o Brasil estar sem um plano de educação há mais de dois anos. O último PNE perdeu a vigência no final de 2010, quando o Executivo enviou o projeto para o Congresso. Para ele, o governo tratou o plano com lentidão.

— Essa lentidão, que pretendemos ajudar a superar agora, na Comissão de Educação, é uma contradição com a Constituição federal e impensável para um governo que diz priorizar o social — criticou.

O senador disse que, se por um lado a comissão precisa dar agilidade à tramitação, por outro precisa examinar todas as metas estabelecidas pelo plano com a devida atenção.

## Cristovam alerta para redução dos salários dos professores

Cristovam Buarque (PDT-DF) lamentou, na terça-feira, a tentativa dos governadores de barrarem o aumento de 19% no salário dos professores da rede pública, previsto para 2014. De acordo com o senador, os governadores alegam dificuldades para pagar o aumento salarial previsto na lei que criou o piso nacional dos professores e propõem ao governo uma mudança no cálculo que, na prática,



Moneira Nóbiz/Agência Senado

equivaleria a um reajuste de cerca de 7%.

— Os governadores vão tentar uma lei alternativa que reduza o salário do professor. Esse vai ser o único país do mundo a

fazer uma lei para reduzir o salário previsto para o professor — protestou.

Cristovam fez um apelo aos parlamentares para não aprovarem nenhum projeto de lei com o intuito de reduzir o salário dos professores.

## Wellington Dias comemora dez anos do Programa Bolsa Família

Wellington Dias (PT-PI) comemorou ontem os dez anos do Programa Bolsa Família, que classificou como um exemplo de política pública para a redução da pobreza e uma referência global de sucesso. O senador ressaltou que o programa beneficia cerca de 50 milhões de brasileiros. Para o parlamentar, o Bolsa Família é fruto da “persistência e sensibilidade da presidente Dilma Rousseff e do ex-presidente



Waldemir Borges/Agência Senado

Luiz Inácio Lula da Silva”.

— O programa completa dez anos mostrando que é possível transformar a realidade e promover a inclusão de milhões de famílias — disse.

Wellington afirmou que o programa trouxe mudanças que transformaram a sociedade brasileira, impulsionaram a economia do país e minimizaram os efeitos de uma política que garantia bem-estar apenas aos ricos.

## Comissão examina propostas apresentadas no Jovem Senador

Três sugestões apresentadas pelos participantes do Projeto Jovem Senador estão na pauta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), que se reúne hoje. Se aprovadas, as sugestões serão transformadas em projetos de lei, passando então a tramitar no Senado.

Uma das sugestões (Sugestão 14/2011) altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para incluir a disciplina Cidadania a partir do sexto ano do ensino

fundamental e por todo o ensino médio.

Outra proposta (Sugestão 17/2011) modifica o Código Penal para criminalizar o acesso sem autorização a rede de computadores protegida por expressa restrição de acesso.

A terceira proposta (Sugestão 1/2013) foi apresentada em 2012 e determina concessão de incentivos fiscais e econômicos para o desenvolvimento de atividades sustentáveis, como a geração de energia limpa.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana

**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá

**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro

**Segunda-secretária:** Ângela Portela

**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira

**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino

**Suplentes de secretário:**

Magno Malta, Jayme Campos,

João Durval, Casildo Maldaner

**Diretora-geral interina:** Rosa Vasconcelos

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Davi Emerich

**Diretor-adjunto:** Flávio de Mattos

**Diretor de Jornalismo:** Eduardo Leão

### AGÊNCIA SENADO

**Coordenador:** Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

**Órgão de divulgação do Senado Federal**

**Coordenador:** Flávio Faria (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Sílvio Burle

**Editores:** André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

**Diagramação:** Ronaldo Alves e Sandro Alex

**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

# Proposta garante parto humanizado no SUS

Texto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais quer diminuir intervenções desnecessárias. Mulheres ganham direito a acompanhante durante o parto

O SISTEMA ÚNICO de Saúde (SUS) poderá ser obrigado a oferecer partos humanizados. Projeto de lei com esse objetivo, do senador Gim (PTB-DF), foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa.

O PLS 8/2013 vai alterar a Lei Orgânica da Saúde (Lei 8.080/1990) para obrigar os serviços de saúde do SUS a obedecer às orientações técnicas para que ocorra o parto humanizado e permitir a presença de um acompanhante durante o trabalho de parto, o parto e o pós-parto imediato.

Segundo Gim, a intenção é diminuir as intervenções

desnecessárias, bem como cuidar da parturiente com base na compreensão de que o parto é um processo natural e fisiológico. Ele destacou que já existem recomendações do Ministério da Saúde para que o parto seja feito de forma humanizada. Segundo manual elaborado pelo ministério em 2005, o atendimento obstétrico e neonatal “deve ter como características essenciais a qualidade e a humanização”.

Apesar das recomendações, disse Gim, o SUS não consegue garantir o parto humanizado e muitas gestantes acabam dando à luz em corredores de hospitais.



Relatora do texto, Ana Rita, ao lado de Paim, diz que recebeu denúncias de maus-tratos a mulheres no momento do parto

Para a relatora na CAS, Ana Rita (PT-ES), o projeto tem “grande interesse social”, já que a Lei Orgânica da Saúde define diretrizes que devem guiar a atenção prestada nos

serviços públicos de saúde.

— Nada mais apropriado que inserir nela [na lei] o compromisso com o parto humanizado como uma diretriz do SUS, seja no âmbito dos serviços próprios, seja no âmbito dos serviços privados conveniados — ressaltou.

A senadora disse que normas infralegais a serem editadas pelos gestores do SUS deverão detalhar os princípios e as normas técnicas que vão orientar a assistência ao parto, para que seja garantido um parto de qualidade e com características humanizadas.

Ana Rita ressaltou ainda a importância do projeto para

fazer frente às várias denúncias de maus-tratos a mulheres no momento do parto recebidas quando ela integrava a CPI da Violência contra a Mulher.

Segundo ela, é mais comum do que se imagina o tratamento discriminatório, especialmente quando a mulher é jovem, negra e pobre. Ana Rita citou pesquisas constatando que uma em cada quatro mulheres relatam algum tipo de agressão durante o parto, que vão de exames dolorosos a xingamentos, gritos e ironias. Na opinião da senadora, falta capacitação dos profissionais responsáveis pelo atendimento.



Mãe segura a filha logo após o nascimento na única unidade, no Distrito Federal, que oferece parto humanizado pelo SUS

## Aprovada atenção integral à saúde do homem

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem, por unanimidade, projeto de lei da senadora Ângela Portela (PT-RR) que institui a Política de Atenção Integral à Saúde do Homem no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). A decisão da comissão tem caráter terminativo.

De acordo com o Projeto de Lei do Senado (PLS) 241/2013, a política será mantida em caráter permanente pelas diversas instâncias de gestão do SUS e abordará prevenção,

deteção precoce, diagnóstico e tratamento de doenças que acometem a população masculina. Essas ações, prevê a proposta, deverão ser amplamente divulgadas.

A relatora do projeto, senadora Ana Amélia (PP-RS), ressaltou que os homens são mais vulneráveis a diversas enfermidades, especialmente as crônicas-degenerativas. Essa suscetibilidade, observou, deve-se, especialmente, a aspectos comportamentais, além da influência orgânica e

hormonal. Ana Amélia informou que, em cada três mortes de pessoas adultas, duas são de homens. Além do câncer de próstata, segundo a senadora, as doenças que mais matam no Brasil — infarto do miocárdio, acidente vascular encefálico, pneumonia, cirrose e câncer de pulmão — atingem com maior incidência os homens.

Durante a discussão, a autora da proposta ressaltou que o projeto vem dar suporte legal às iniciativas instauradas pelo Ministério da Saúde em 2009.



Proposta de Ângela Portela dá apoio legal a medidas do Ministério da Saúde

## Comissão mista adia novamente votação da MP do Mais Médicos

A votação da medida provisória que criou o Programa Mais Médicos (MP 621/13), na comissão mista que analisa a matéria, foi novamente adiada, desta vez para terça-feira.

Deputados e senadores vão fazer reuniões informais com o relator, deputado Rogério Carvalho (PT-SE), até o início da próxima semana. Eles esperam que o relator modifique o parecer em alguns pontos.

(Da Agência Câmara)

## Alvaro apoia renúncia de presidente do Conselho de Medicina do Paraná

Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou a situação da saúde pública e o Programa Mais Médicos, do governo federal. Ele afirmou que o “esfacelamento da ética é um fenômeno recorrente nos últimos tempos” e a indignação de alguns brasileiros está estampada na carta de renúncia do presidente do Conselho Regional de Medicina do Paraná, Alexandre Gustavo Bley.

Na carta, lida pelo senador, o médico diz que deixou o cargo por considerar que a lei se dissociou da ética com a aprovação da MP que autorizou a vinda de médicos estrangeiros para o Brasil. O senador concordou com o médico.

— É um médico que demonstra indignação diante do governo num setor prioritário. A saúde do povo deveria ser a suprema lei — disse Alvaro.



Alvaro critica saúde pública e vinda de médicos estrangeiros

## Anibal lembra 31 anos de entidade em prol das pessoas com hanseníase

Anibal Diniz (PT-AC) comemorou, na terça-feira, os 31 anos do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (Morhan) no Acre. A entidade, sem fins lucrativos, luta pela eliminação da hanseníase e pelo respeito aos direitos das pessoas atingidas pela doença.

Anibal homenageou Francisco Augusto Vieira Nunes, o Bacurau, um dos fundadores do movimento e membro do Partido dos Trabalhadores, morto em 1997 após anos de luta em prol das pessoas com hanseníase, afirmando que ele era “figura extraordinária, com um senso de humanidade elevado”.

O senador enumerou fatos da história do Morhan, desde a criação do movimento no Brasil, em 1981, até os dias atuais.



Senador destaca movimento de combate à hanseníase no Acre

## Cícero anuncia debates sobre suplementos adulterados

Cícero Lucena (PSDB-PB) anunciou a realização de audiências públicas sobre suplementos alimentares adulterados. Os debates serão promovidos em conjunto pelas Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA). As audiências foram solicitadas pelo senador depois de denúncias do jornal *O Globo* e da rede de TV RBS.

As reportagens mostraram laudos técnicos que indicam desvios de qualidade, adulteração das fórmulas e divergência entre a fórmula realmente executada e a que consta nos rótulos.

Segundo Cícero, entre os convidados, estarão o diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o diretor do Procon gaúcho e um especialista em Medicina do Esporte.



Cícero Lucena propôs audiências após denúncias da imprensa

# Proposta limita saída temporária de presos

Aprovado ontem na CCJ, projeto restringe saída temporária em datas especiais a presos não reincidentes e limita concessão de benefício a uma vez por ano. Proposta segue para a Câmara

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem, em decisão terminativa, projeto de lei (PLS 7/2012) da senadora Ana Amélia (PP-RS) que restringe o benefício da saída temporária de presos. O texto deve seguir direto para a Câmara dos Deputados, a menos que haja recurso para deliberação pelo Plenário do Senado.

A proposta estabelece a primariedade como requisito para a concessão da saída temporária, e a medida pode ser concedida apenas uma vez por ano. O relator, senador Pedro Taques (PDT-MT), apresentou parecer favorável.

O PLS 7/2012 modifica a Lei de Execução Penal (Lei 7.210/1984) e, segundo Ana Amélia, visa diminuir o número de delitos praticados durante o chamado saído de presos.

“Não bastasse o imediato incremento da criminalidade nos períodos de Natal, Ano-Novo e Páscoa, muitos



Ana Amélia justifica projeto pelo incremento da criminalidade em datas festivas

detentos não retornam aos presídios para dar continuidade ao cumprimento da pena e, mais dia menos dia, voltam a delinquir”, advertiu a senadora na justificação do projeto.

Atualmente, o juiz autoriza o benefício da saída temporária somente quando o condenado apresenta comportamento adequado e concluiu o cumprimento de, no mínimo, um sexto da pena, se for primário, e um quarto da pena, se reincidente. Além disso, o benefício deve ser compatível

com os objetivos da pena.

Segundo um levantamento apresentado pelo relator, feito pela mídia com base em dados do sistema penitenciário nacional, 2.416 presos que receberam o benefício da saída temporária no Natal e no Réveillon não voltaram aos presídios em 2013.

“Aquele que é reincidente já demonstrou, ao reincidir na conduta delitativa, que merece um tratamento estatal mais cuidadoso e parcimonioso”, opinou Taques em seu parecer.

# Fabricar aparelhos de escuta pode ser crime

Projeto de lei que transforma em crime a fabricação e a comercialização de aparelhos de interceptação telefônica (o grampo) foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O autor do projeto (PLS 727/2011) é Eunício Oliveira (PMDB-CE).

O texto aprovado pela CCJ altera a Lei 9.296/1996, que



passa a definir como crime o ato de “produzir, fabricar, importar, comercializar, oferecer, emprestar, adquirir, possuir, manter sob guarda ou ter em depósito

equipamentos destinados à interceptação, escuta, gravação e decodificação das comunicações telefônicas”. A pena prevista é de dois a quatro anos, mais multa.

# Avança texto que altera normas de extradição

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem proposta que trata da extradição. O texto aprovado é um substitutivo da Câmara dos Deputados a um projeto de lei que teve origem no Senado (SCD 126/2008). Vários parlamentares argumentam que a proposta vai facilitar e tornar mais rápido o processo. Também afirmam que o

Congresso precisa aprová-la logo, já que o Brasil receberá muitos estrangeiros durante a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

O projeto, que modifica o Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815/1980), aguarda agora votação no Plenário.

Na CCJ, a matéria contou com o parecer favorável de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP).

# Parlamentares elogiam discurso de Dilma na ONU

O discurso da presidente Dilma Rousseff na ONU terça-feira foi elogiado em Plenário.

Jorge Viana (PT-AC) afirmou que o discurso entrou para a história pela repercussão, pela forma e pelo conteúdo. A presidente disse considerar a espionagem norte-americana uma afronta e propôs regras internacionais para evitar que o ciberespaço seja usado como arma de guerra.

— A presidenta foi firme, foi no tom certo, recebeu aplausos na mesma proporção que o orador seguinte, no caso o presidente Obama, que não tratou desse assunto — disse.

Ângela Portela (PT-RR) enalteceu a “postura propositiva” da presidente, que anunciou uma proposta multilateral para governança da internet, garantindo a proteção de dados.

— Raras vezes pudemos ver um chefe de Estado brasileiro mostrar tanta dignidade, tanta altivez e tanta serenidade quanto a presidenta Dilma em seu pronunciamento — afirmou a senadora.

Walter Pinheiro (PT-BA) se colocou contra o estabelecimento de restrições ao uso da internet pelos cidadãos.

— Não concebo essa tese de controle e regulação na internet. Uma coisa é você estabelecer o Marco Civil da Internet para o Brasil, outra



Dilma Rousseff discursa durante abertura da 68ª Assembleia Geral das Nações Unidas

coisa é achar que vamos colocar tramela na internet.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) destacou que jornais europeus, asiáticos, latino-americanos e norte-americanos foram unânimes em reconhecer não só a “coragem e a contundência” das palavras de Dilma, mas também a postura construtiva ao alertar para a necessidade de uma governança mais democrática na rede mundial.

— A presidente falou exatamente nesses termos, destacando que o mundo inteiro, e não apenas o Brasil, está diante de um grave caso de violação dos direitos humanos e das liberdades civis.

Para a senadora, Dilma conseguiu demonstrar que jamais a soberania de uma nação pode se firmar em detrimento

da de outro país. De acordo com a parlamentar, Dilma foi feliz ao não admitir a garantia do direito à segurança dos cidadãos de um país mediante a violação dos direitos humanos e civis fundamentais de cidadãos de outro país.

No final da sessão de terça-feira, Lindbergh Farias (PT-RJ) avaliou o discurso como “histórico, altivo, lúcido e sereno, que abrangeu temas espinhosos e difíceis”.

— O pronunciamento está à altura deste novo Brasil, que todos estamos construindo: forte e soberano, de um lado, mas também cooperativo, transparente, negociador e absolutamente comprometido com o multilateralismo, a cooperação internacional e o direito internacional público — disse o senador.

# Randolfe pede a suspensão do leilão do Campo de Libra

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) informou ontem ter apresentado ação popular na Justiça Federal pedindo a suspensão do leilão para exploração do Campo de Libra, localizado na camada de pré-sal da Bacia de Santos (SP). O leilão, patrocinado pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), está previsto para 21 de outubro. Pedro Simon (PMDB-RS) e a bancada do PSOL na Câmara também assinaram o documento.

Segundo Randolfe, a ação pede uma decisão cautelar e a suspensão do leilão por tempo indeterminado.

O senador lembrou que o Campo de Libra é considerado a maior reserva de petróleo de pré-sal já descoberta no país,

com capacidade equivalente à metade do que é extraído atualmente.

— O total de reservas equivale a 50 anos de autossuficiência — disse Randolfe.

De acordo com ele, a ação questiona a ausência do Tribunal de Contas da União (TCU) no processo de licitação e alerta para denúncias de espionagem do governo dos Estados Unidos na Petrobras, o que poderia ser usado para fins comerciais e comprometer o leilão.

— Se a ANP não adotou o princípio da cautela para resguardar as nossas riquezas, é nosso dever pedir que o Judiciário atue para garantir a cautela no leilão — argumentou o senador.



Simon (E) assinou ação popular impetrada por Randolfe (D) na Justiça Federal